

# **ESTATUTOS**

## **Capítulo I**

### **Da denominação, sede, visão, missão, valores, objetivos e actividades**

#### **Artigo 1º**

1. A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE INVESTIGAÇÃO E INTERVENÇÃO TRANSLACIONAL PARA O CONHECIMENTO HUMANO – APITCH, com número de pessoa colectiva 514351195, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, com sede na PRAÇA MARQUÊS DE POMBAL, Nº 66 1º ESQUERDO, 4000-390, Concelho do Porto, Distrito do Porto.
2. A Associação rege-se pela Lei aplicável e pelos presentes estatutos.

#### **Artigo 2º**

A APITCH tem como por objecto a prossecução de atividades educativas, de investigação e promoção de desenvolvimento humano para a sua integração na comunidade.

#### **Artigo 3º**

1. A Associação tem como MISSÃO fomentar o conhecimento humano e melhorar a qualidade de vida das pessoas, através da saúde, ciência e educação, contribuindo para uma sociedade mais justa e coesa.
2. A associação tem como VISÃO despertar uma consciência colectiva no ser humano, apoiando e promovendo laços afectivos, consigo próprio e com os outros, contribuindo para uma sociedade mais orientada para a saúde, em benefício do bem-estar da humanidade.

#### **Artigo 4º**

A prossecução dos objectivos da associação engloba actividades de saúde e apoio social, atividades de investigação e desenvolvimento no domínio das ciências sociais e humanas, bem como, atividades educativas, com fim de proporcionar a aquisição e aprofundamento de saberes e competências profissionais.

a) Atividades:

1º SAÚDE E APOIO SOCIAL:

- i. Atividades de saúde humana, através da promoção da saúde, que não envolvam o tratamento médico e que favoreçam o conforto e a qualidade de vida;
- ii. Inovar processos, sistemas e modelos, que permitam promover a saúde como bem público e global;
- iii. Promover a integração social e comunitária, a partir de procedimentos inovadores, que desafiam os modelos atuais de prestação de saúde, reforçando os direitos e responsabilidades de todos aqueles que nele intervêm e beneficiam, na decisão em saúde;
- iv. Promover iniciativas sustentáveis que visem diminuir a exclusão, desigualdade e discriminação entre crianças, jovens e adultos.

2º INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS:

- i. Atividades no campo das ciências sociais e humanas, assentes no modelo de investigação translacional, que promovem uma ligação e interdependência, entre descobertas científicas e prática clínica;
- ii. Desenvolver projetos-piloto com vista à sua aplicação na sociedade;
- iii. Promover projetos inovadores que proporcionem evolução e adaptabilidade à mudança, através de redes e parcerias, aproximando pessoas e instituições.

3º EDUCAÇÃO:

- i. Educar, formar e divulgar atividades organizadas com fim de proporcionar um aprofundamento de saberes, destinadas a jovens e adultos, que podem assumir; entre outras, cursos, seminários, conferências, palestras, workshops e publicações;
- ii. Partilhar as estratégias e iniciativas da associação, para atingir uma maior divulgação e ampliar o impacto global da acção;

- iii. Inovar na qualificação de profissionais, baseada nas mais recentes estratégias de promoção de saúde mental;
- iv. Promover acções de divulgação para consciencializar a importância dos modelos de autogestão e de boas práticas de saúde mental.

### **Artigo 5º**

#### **1. Os nossos VALORES:**

- 1º Inovar com independência, criatividade, rigor e dedicação;
- 2º Obedecer a elevados padrões éticos e científicos;
- 3º Honrar valores universais aos direitos do Homem;
- 4º Respeitar a diversidade e diferença;
- 5º Manter o espírito curioso e sensível para o equilíbrio do ser humano.

### **Artigo 6º**

A organização e funcionamento dos diversos sectores de actividade constarão de regulamentos internos elaborados pela Direcção.

### **Artigo 7º**

- 1. Os serviços prestados pela Associação serão gratuitos ou remunerados, de acordo com a situação económico-financeira dos utentes, apurada em inquérito e que se deverá sempre proceder.
- 2. A Associação pode prosseguir, de modo secundário, outros fins não lucrativos desde que compatíveis com os fins definidos no artigo 1º-A do Decreto-Lei 119/83, com a redação dada pelo Decreto-Lei 172-A/2014 de 14/11 e, ainda, outros fins de natureza instrumental e cujos resultados económicos contribuam exclusivamente para o financiamento da concretização daqueles dos mesmos.

## **Capítulo II**

### **Associados**

#### **Artigo 8º**

1. Podem ser associados pessoas singulares e colectivas que se proponham contribuir para a realização dos fins da associação.
2. A qualidade de associado, prova-se pela inscrição no livro respectivo que a Associação obrigatoriamente possuirá e a mesma não é transmissível, quer por acto entre vivos quer por sucessão.

#### **Artigo 9º**

Haverá três categorias de associados:

1. Fundadores: Aqueles que outorgam na escritura de constituição da Associação.
2. Honorários: As pessoas que, através de serviços ou donativos dêem contribuição especialmente relevante para a realização dos fins da instituição, como tal reconhecida e proclamada pela Assembleia-Geral, sob proposta da Direcção.
3. Efectivos: As pessoas que se proponham colaborar na realização dos fins da Associação obrigando-se ao pagamento da quota anual, nos montantes fixados pela Assembleia-Geral.

#### **Artigo 10º**

São **DIREITOS** dos associados:

1. Participar nas reuniões da Mesa da Assembleia-Geral;
2. Eleger e ser eleito para os cargos associativos;
3. Para a direcção, apenas poderão ser eleitos os associados fundadores;
4. Requerer a convocação da Assembleia-Geral extraordinária nos termos do número dois do artigo vinte e nove;
5. Examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos, desde que o requeiram por escrito com a antecedência mínima de quinze dias e se verifiquem um interesse legítimo.

## **Artigo 11º**

São **DEVERES** dos associados:

1. Pagar atempadamente as suas quotas tratando-se de associados fundadores ou efectivos;
2. Comparecer, às reuniões da Assembleia-Geral;
3. Observar o regulamento e as deliberações dos corpos gerentes;
4. Desempenhar com zelo, dedicação e eficiência os cargos para que foram eleitos.

## **Artigo 12º**

1. Os sócios que violarem os deveres estabelecidos no artigo décimo primeiro ficam sujeitos às seguintes sanções:
  - a) Repreensão;
  - b) Suspensão de direitos até 90 dias;
  - c) Demissão.
2. São demitidos os associados que por actos impróprios tenham prejudicado moral ou materialmente a Associação.
3. As sanções previstas nas alíneas a), e b) do nº.1 são da competência da Direcção, sendo que relativamente à sanção prevista na alínea b) a Direcção deve fixar obrigatoriamente o prazo de suspensão.
4. A demissão é a sanção da exclusiva competência da Assembleia-Geral, sob proposta da Direcção.
5. A aplicação das sanções previstas nas alíneas b) e c) do nº. 1 só se efectivarão mediante audiência obrigatória do associado.
6. A suspensão de direitos não desobriga do pagamento da quota.

## **Artigo 13º**

1. Os associados efectivos só podem exercer os direitos referidos nos presentes estatutos, se tiverem em dia o pagamento das suas quotas.
2. Para a Direcção apenas são elegíveis os associados fundadores.

## **Artigo 14º**

Perdem a qualidade de associado:

- a) Os que pedirem a sua exoneração;
- b) Os que deixarem de pagar as suas quotas durante 12 meses;

- c) Os que forem demitidos, nos termos do número dois do artigo décimo segundo;
- d) No caso previsto da alínea b) do número anterior considera-se perdida a qualidade de associado o que, tendo sido notificado pela Direcção para efectuar o pagamento das quotas em atraso, não o faça no prazo de sessenta dias.

### **Artigo 15º**

O associado que por qualquer forma deixa de pertencer à Associação não tem direito a reaver as quotizações que tenha pago, sem qualquer prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi membro da Associação.

## **Capítulo III**

### **Órgãos da Associação**

#### **SECÇÃO I**

### **Artigo 16º**

São órgãos da Associação: a Assembleia-Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal.

### **Artigo 17º**

O exercício de qualquer cargo nos órgãos da associação é gratuito podendo justificar, no entanto, o pagamento de despesas dele derivadas, ressalvando-se os casos em que a complexidade do cargo exija dos seus titulares a presença prolongada ou permanente na instituição, em condições a definir pela direcção.

### **Artigo 18º**

1. A duração do mandato dos órgãos da Associação é de três anos devendo proceder-se à sua eleição no mês de Dezembro do último ano do mandato.
2. O mandato inicia-se na primeira quinzena do ano civil seguinte ao da eleição realizada nos termos do número anterior.
3. Quando a eleição tenha sido efectuada extraordinariamente fora do mês de Dezembro, o mandato inicia-se no prazo de quinze dias após a eleição, mas neste caso e para efeitos do número um, o mandato considera-se iniciado na primeira quinzena do ano civil em que se realizou a eleição.
4. Quando as eleições não sejam realizadas atempadamente, considera-se prorrogado o mandato em curso até à posse dos novos órgãos da Associação.

### **Artigo 19º**

1. Em caso de vacatura da maioria dos membros de cada órgão associativo, depois de esgotados os respectivos suplentes, deverão realizar-se eleições parciais para o preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês.
2. O termo do mandato dos membros eleitos nas condições do número anterior coincidirá com o dos inicialmente eleitos.

### **Artigo 20º**

1. O Presidente da Associação só pode ser eleito consecutivamente três mandatos.
2. As listas para a eleição dos órgãos da Associação devem ser propostas pelos associados fundadores cuja respectiva qualidade se mantenha pelo menos dois anos.
3. Não é permitido aos membros o desempenho simultâneo de mais de um cargo nos órgãos da Associação.
4. O disposto dos números anteriores aplica-se aos membros da Mesa da Assembleia-Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal.

### **Artigo 21º**

1. Os órgãos da Associação são convocados pelos respectivos presidentes e só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.
2. As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos titulares presentes, tendo o presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.
3. As votações respeitantes às eleições dos órgãos da Associação ou a assuntos de incidência pessoal dos seus membros serão feitas obrigatoriamente por escrutínio secreto.

### **Artigo 22º**

1. Os membros dos órgãos da Associação são responsáveis civil e criminalmente pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício do mandato.
2. Além dos motivos previstos na lei, os membros dos órgãos da Associação ficam exonerados de responsabilidade se:
  - a) Não tiverem tomado parte na respectiva resolução e a reprovem com declaração na acta da sessão imediata em que se encontrem presentes;
  - b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem constar na acta respectiva.

### **Artigo 23º**

Os membros dos órgãos da Associação não poderão votar em assuntos que directamente lhes digam respeito ou nas quais sejam interessados os respectivos cônjuges, ascendentes, descendentes e equiparados.

### **Artigo 24º**

Os associados podem fazer-se representar por outros associados nas reuniões da Assembleia-Geral em caso de comprovada a impossibilidade de comparência à reunião, mediante carta dirigida ao presidente da mesa, com assinatura conforme a que consta no documento de identificação mas, cada associado, não poderá representar mais de um associado.

### **Artigo 25º**

Das reuniões dos órgãos da Associação serão sempre lavradas actas que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes ou, quando respeitem a reunião da Assembleia-geral, pelos membros da respectiva mesa.

## **SECÇÃO II**

### **Assembleia-Geral**

### **Artigo 26º**

1. A Assembleia-Geral é constituída por todos os associados admitidos que tenham as suas quotas em dia e não se encontrem suspensos.
2. A Assembleia-Geral é dirigida pela respectiva mesa que se compõe de um presidente, um vice-presidente e um secretário.
3. Na falta ou impedimento de qualquer um dos membros da Mesa da Assembleia-Geral, competirá a esta eleger os respectivos substitutos de entre os associados presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.

### **Artigo 27º**

Compete à Assembleia-Geral dirigir, orientar e disciplinar os trabalhos da assembleia, representá-la e designadamente:

- a) Decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes aos actos eleitorais, sem prejuízo de recurso nos termos legais.
- b) Conferir posse aos membros dos órgãos da Associação.



## **Artigo 28º**

Compete à Assembleia-Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos e necessariamente:

- a) Definir as linhas fundamentais de actuação da Associação;
- b) Eleger e destituir, por votação secreta, os membros da respectiva mesa, da Direcção e do Conselho Fiscal;
- c) Apreciar e votar anualmente o orçamento e o programa de acção para o exercício seguinte, bem como o relatório de contas;
- d) Deliberar sobre a alteração dos estatutos e sobre a extinção, cisão ou fusão da Associação, sob proposta da Direcção;
- e) Aprovar os Regulamentos Internos sob proposta da Direcção;
- f) Aprovar adesão a uniões, federações ou confederações, sob proposta da Direcção;
- g) Coordenar e fiscalizar todo o processo eleitoral de novos órgãos da Associação.

## **Artigo 29º**

1. A Assembleia-Geral reunirá em sessão ordinária:

- a) Para a eleição dos órgãos da Associação, no final de cada mandato, durante o mês de Dezembro;
- b) Para discussão e votação do relatório e contas do ano anterior, bem como parecer do Conselho Fiscal, até 31 de Março de cada ano;
- c) Para apreciação e votação de proposta de orçamento e de plano de actividades, por proposta da Direcção para o ano seguinte:
  - em ano não eleitoral até 15 de Novembro de cada ano,
  - em ano eleitoral até 30 de Dezembro.
- d) Para dar posse á lista vencedora.

2. A Assembleia-Geral reunirá em sessão extraordinária quando convocada pelo presidente da Mesa da Assembleia-Geral, a pedido da Direcção ou do Conselho Fiscal ou a requerimento de, pelo menos, vinte por cento dos associados no pleno gozo dos seus direitos ou, quando não convocada, esteja presente a totalidade dos seus associados.

3. Os membros da Mesa da Assembleia-Geral têm de comparecer a 75% das sessões ordinárias anuais realizadas.

### **Artigo 30º**

1. A Assembleia-Geral deve ser convocada com, pelo menos, quinze dias de antecedência pelo presidente da mesma, ou seu substituto.
2. A convocatória é feita pessoalmente a cada associado, sempre que possível por meio de aviso postal, e deverá ser afixada na sede e noutros locais de acesso público, dela constando obrigatoriamente o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos.
3. A convocatória pode também ser efectuada, facultativamente, através de correio electrónico para o endereço electrónico, fornecido pelo associado.
4. A convocatória da Assembleia-Geral extraordinária, nos termos do artigo anterior, deve ser feita no prazo de quinze dias após o pedido ou requerimento, devendo a reunião realizar-se no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da recepção do pedido ou requerimento.

### **Artigo 31º**

1. A Assembleia-Geral reunirá à hora marcada na convocatória se estiverem presentes mais de metade dos associados com direito a voto, ou trinta minutos depois com qualquer número de presentes.
2. A Assembleia-Geral extraordinária que seja convocada a requerimento dos associados só poderá reunir se estiverem presentes três quartos dos requerentes.

### **Artigo 32º**

1. As deliberações da Assembleia-Geral são tomadas por maioria absoluta dos votos dos associados presentes, não se contando as abstenções.

### **Artigo 33º**

São anuláveis as deliberações tomadas sobre matéria estranha à ordem do dia, salvo se estiverem presentes ou representados na reunião todos os associados no pleno gozo dos seus direitos sociais e todos concordarem com a discussão e votação da matéria proposta.

## **SECÇÃO III**

### **Direcção**

### **Artigo 34º**

1. A Direcção da Associação é constituída por três membros dos quais um presidente, um tesoureiro e um secretário.

2. Poderá haver suplentes que se tornaram efectivos à medida que se der vagas e pela ordem em que tiverem sido eleitos.
3. No caso de vacatura do cargo de presidente será o mesmo preenchido pelo tesoureiro e este substituído pelo secretário ou por um suplente caso exista.
4. Os suplentes, caso existam, poderão assistir as reuniões da Direcção mas sem direito a voto.

### **Artigo 35º**

Compete à Direcção gerir a Associação e representa-la, incumbindo-lhe designadamente:

- a) Garantir a efectivação dos direitos dos beneficiários;
- b) Admitir associados e propor à Assembleia-Geral a sua demissão;
- c) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do órgão de fiscalização o relatório e contas, bem como o orçamento e plano de actividades para o ano seguinte;
- d) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços e equipamentos, nomeadamente, elaborando os regulamentos internos que se mostrem adequados e promovendo a organização e elaboração da contabilidade, nos termos da lei;
- e) Adquirir, arrendar, onerar ou alienar, imóveis, móveis, e móveis sujeito a registo;
- f) Organizar o quadro do pessoal, e contratar e gerir o pessoal da associação;
- g) Celebrar acordos de cooperação com os serviços oficiais;
- h) Elaborar propostas de Regulamentos internos;
- i) Representar a Associação em juízo ou fora dela;
- j) Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatuto e das deliberações dos órgãos da Associação.

### **Artigo 36º**

Compete ao Presidente da Direcção:

- a) Superintender na administração da Associação orientando e fiscalizando os respectivos serviços;
- b) Convocar e presidir às reuniões da Direcção, dirigindo os respectivos trabalhos;
- c) Assinar e rubricar os termos de abertura e encerramento e rubricar o livro de actas da Direcção;
- d) Despachar os assuntos normais de expediente e outros que careçam de solução urgente, sujeitando estes ultimos à confirmação da Direcção na primeira reunião seguinte.

### **Artigo 37º**

Compete ao tesoureiro:

- a) Coadjuvar o presidente no exercício das suas atribuições e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos;
- b) Receber e guardar os valores da Associação;
- c) Promover a escrituração de todos os livros de receita e de despesa;
- d) Apresentar semestralmente à Direcção o balancete em que se discriminarão as receitas e despesas do semestre anterior;
- e) Superintender nos serviços de contabilidade e tesouraria.

### **Artigo 38º**

Compete ao secretário coadjuvar os restantes membros da Direcção nas respectivas atribuições e exercer as funções que a Direcção lhe atribuir, designadamente:

- a) Lavrar as actas das reuniões da Direcção e superintender nos serviços de expediente;
- b) Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões da Direcção, organizando os processos dos assuntos a serem tratados;
- c) Superintender nos serviços de secretaria.

### **Artigo 39º**

1. A Direcção reunirá sempre que o julgar conveniente por convocação do presidente e obrigatoriamente, pelo menos, de três em três meses.
2. Os membros da Direcção têm de comparecer a 75% das reuniões convocadas pelos órgãos da Associação.

### **Artigo 40º**

1. Para obrigar a Associação são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas de quaisquer dois membros da Direcção.
2. Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas conjuntas de dois membros da Direcção.
3. Nos actos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer membro da Direcção.

## **SECÇÃO IV**

### **Conselho Fiscal**

#### **Artigo 41º**

1. O Conselho Fiscal é composto por três membros, dos quais um presidente, um vice-presidente e um secretário.
2. Poderá haver suplentes que se tornarão efectivos à medida que se derem vagas e pela ordem em que tiverem sido eleitos.
3. No caso da vacatura do cargo de presidente, será o mesmo preenchido pelo vice-presidente e este por o secretário.

#### **Artigo 42º**

Compete ao Conselho Fiscal vigiar pelo cumprimento da lei e dos estatutos e designadamente:

- a) Exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentos da Associação sempre que o julgue conveniente;
- b) Assistir ou fazer-se representar por um dos seus membros às reuniões do órgão executivo, sempre que o julgue conveniente;
- c) Dar parecer sobre o relatório, contas e orçamento e sobre todos os assuntos que o órgão executivo submeta à sua apreciação.

#### **Artigo 43º**

O Conselho Fiscal pode solicitar à Direcção elementos que considere necessário, ao cumprimento das suas atribuições, bem como propor reuniões extraordinárias para discussão, com aquele órgão, de determinados assuntos cuja importância o justifique.

#### **Artigo 44º**

1. O Conselho Fiscal reunirá sempre que o julgar conveniente, por convocação do presidente e obrigatoriamente, pelo menos, uma vez em cada semestre.
2. Os membros do Conselho Fiscal têm de comparecer a 75% das reuniões convocadas pelo Conselho Fiscal e pela Mesa da Assembleia-Geral.

## **Capítulo IV**

### **Regime Financeiro**

#### **Artigo 45º**

1. São receitas da Associação:
  - a) O produto das jóias e quotas dos associados;
  - b) Comparticipações dos utentes;
  - c) As doações, legados e heranças e respectivos rendimentos;
  - d) Apoios financeiros públicos
  - e) Subsídios de Estado ou de organismos oficiais;
  - f) Os donativos e produtos de festas ou subscrições;
  - g) Receitas provenientes de cursos, seminários, conferências, palestras, workshops e publicações.
2. As despesas da Associação serão resultantes do pagamento de encargos inerentes às suas actividades, estritamente efectuadas no respeito pelos princípios e fins enunciados nos presentes estatuto.

## **Capítulo V**

### **Outras disposições**

#### **Artigo 46º**

1. No caso de extinção da Associação, competirá à Assembleia-Geral deliberar sobre o destino dos seus bens, nos termos da legislação em vigor, bem como eleger uma comissão liquidatária.
2. Os poderes da comissão liquidatária ficam limitados à prática dos actos meramente conservatórios e necessários quer à liquidação do património social, quer à ultimate dos negócios pendentes.

#### **Artigo 47º**

Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia-Geral, de acordo com a legislação em vigor.

## **Artigo 48º**

Enquanto a Assembleia-Geral não deliberar sobre o montante da jóia e da quota mínima, é as mesmas fixadas em cinco euros ao ano, sem prejuízo do valor que posteriormente vier a ser fixado.

## **Disposições Transitórias**

### **Artigo 49º**

Ficam desde já nomeados para o primeiro triénio os seguintes corpos sociais:

#### **Direcção**

Presidente - Ivone Cristina Lopes Pereira Ganso

Secretário - Nuno Miguel Faria Almeida Godinho

Tesoureiro - Daniela Jorge Pinto de Loureiro Himmel

#### **Mesa da Assembleia Geral**

Presidente – Carlos Manuel Cardoso Veia

Vice – Presidente - Antonieta Sousa Faria Matos Godinho

Secretário - Elisangela Barbosa da Silva Dias

#### **Conselho Fiscal**

Presidente – Alex Jan Himmel

Vice – Presidente – André Miguel Rodrigues Moreira

Secretário - Clara Pinto de Loureiro Himmel